

República, educação cívica e história pátria: Brasil e Portugal

Angela de Castro Gomes^{*}

Resumo: Este texto quer assinalar a centralidade do período que decorre do fim do século XIX aos anos 1940 para a constituição de uma escrita da História Pátria no Brasil e em Portugal, cuja importância é fundamental para a construção e consolidação de uma cultura política republicana nos dois países. O objetivo é sustentar o vínculo que uma espécie de pedagogia da nacionalidade estabelece com a construção de uma cultura política republicana, e especificamente com um passado histórico, que precisava ser ensinado através de uma narrativa acessível, que mobilizasse meios capazes de atingir um grande público. Para tanto, o texto irá trabalhar com dois intelectuais amplamente conhecidos e reconhecidos por suas contribuições: o português João de Barros e o brasileiro José Veríssimo.

1- Identidade nacional, educação cívica e história pátria

Este texto quer assinalar a centralidade do período que decorre do fim do século XIX aos anos 1940 para a constituição de uma escrita da História Pátria no Brasil e em Portugal, cuja importância é fundamental para a construção e consolidação de uma cultura política republicana nos dois países.

Como desdobramento, entende-se que esse processo relaciona-se e pode ser melhor compreendido através de dois outros. De um lado, pelo processo de construção de um discurso republicano que estabelece sólidos vínculos – ainda no período da propaganda sob a monarquia e, sobretudo, depois do estabelecimento do novo regime, em ambos os países –, entre República e criação de uma cultura cívico-patriótica, capaz de produzir novos cidadãos. De outro, pelo processo que vincula os fundamentos de tal cultura cívico-patriótica com uma re-elaboração da escrita da história pátria. Isso porque, segundo os diagnósticos dos próprios republicanos portugueses e brasileiros, essa narrativa histórica praticamente inexistiria nos dois países, ou devido aos descaminhos e influências estrangeiras que sofria, no caso de Portugal; ou por simples ausência, no caso do Brasil.

De toda forma, o que se quer destacar é a existência de uma convergência quanto à imperiosa necessidade política da República de produzir um novo discurso político, carregado de valores e simbologias cívico-morais, no qual a história pátria, ao lado da geografia, tinha um lugar fundamental.

^{*} Angela de Castro Gomes é professora titular do CPDOC/FGV e da UFF. Este texto foi escrito para o Congresso da AHILA, realizado na Universidade de Leiden, Holanda, entre 25 e 29 de agosto de 2008.

Dessa forma, a despeito das grandes e diferenciadas transformações políticas e culturais ocorridas nos dois países ao longo de tantas décadas, esse período pode ser tratado como uma boa “unidade de análise” para se discutir as questões apontadas. Durante todo esse tempo, a escrita da história do Brasil e de Portugal experimentou um momento de profissionalização e crescimento, tanto como saber científico, como através de investimentos políticos (privados e públicos) voltados para o “ensino” da história.

O objetivo deste texto, portanto, é sustentar o vínculo efetivo que uma espécie de pedagogia da nacionalidade estabelece com a construção de uma cultura política republicana, que precisava ser produzida no contexto do fim do século XIX e primeira metade do XX, tanto em Portugal como no Brasil.¹ Mais especificamente ainda, como essa cultura política necessitava “inventar” um passado, com destaque um passado histórico, que precisava ser ensinado através de uma narrativa acessível, que mobilizasse meios capazes de atingir um grande público.

2- Autores e livros: educação nacional e história pátria

Tendo em vista esse objetivo de fundo, a construção deste texto se fará por meio de dois movimentos. Em uma primeira parte, procura-se evidenciar a presença da questão da educação na agenda do republicanismo em Portugal e no Brasil. Tal presença central apresenta, como pode ser facilmente imaginado, pontos de aproximação e de diferenciação, que podem ser explorados como forma de iluminar essa face cívico-patriótica do republicanismo, tanto quando emerge sob a forma de propostas e esperanças no novo regime; como quando aparece sob a forma de críticas e desilusões, o que ocorre com rapidez nos dois casos. Contudo, também nos dois casos, os diagnósticos dos fracassos do republicanismo em implementar um verdadeiro e pujante projeto de transformação político-educacional, conforme as crenças na natureza do regime, não interrompem a defesa de idéias e o desenvolvimento de ações por parte desses intelectuais.

Para tanto, o texto irá trabalhar com dois intelectuais amplamente conhecidos e reconhecidos por suas contribuições: o português João de Barros e o brasileiro José Veríssimo.

¹ A importância que o tema da escolarização tem nos debates político-intelectuais na segunda metade do século XIX no Brasil, são tratados por FARIA FILHO, Luciano Mendes de. “Instrução elementar no século XIX”, em LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive (orgs.) *500 anos de educação no Brasil*, Belo Horizonte, Autêntica, 200.

Começando por José Veríssimo (1857-1916), a referência é o livro sempre citado, *A educação nacional*, cuja primeira edição data de 1890, um ano depois da Proclamação da República. Nesse momento, esse paraense já havia publicado vários outros livros, fundamentalmente narrativas de tipo etnográfico sobre costumes amazônicos, nas quais se valorizava o realismo e o naturalismo, havendo aberta rejeição ao romantismo.² Era então um autor preocupado com a etnologia e a arqueologia, estando ligado à tese da “decadência das raças cruzadas” devida aos efeitos do meio geográfico e da colonização. Mas o outro grande tema que mobilizava Veríssimo era a instrução. Em 1884 havia fundado um colégio particular – o Colégio Americano -, que dirigiu até assumir a Diretoria Geral da Instrução Pública do Pará, exatamente em 1890, quando publica o livro aqui referido. Foi nessa condição, inclusive, que ele reinaugurou o Museu Paraense em novas bases, consideradas tanto mais científicas, como igualmente mais voltadas para uma ampliação de seu público de visitantes. Pode-se dizer que, nesse momento, engajava-se abertamente em uma militância intelectual pela reforma da instrução no Brasil, o que incluía uma preocupação com escolas, livros, monumentos, museus etc, evidenciando a amplitude e a dimensão política do que entendia por “educação nacional”.

A educação nacional ganharia uma segunda edição, muito mais conhecida e utilizada, em 1906, pela grande casa editora Livraria Francisco Alves.³ O intervalo de tempo de 16 anos deixa suas marcas no autor e no livro, como se lê na página V da Introdução de 1906. Nela, Veríssimo esclarece o leitor que a redação do volume ocorrera logo após a proclamação da República, com “a máxima boa fé e sinceridade (...) na doce ilusão e fagueira esperança de que o novo regime (...) havia realmente de ser emenda e correção aos vícios e defeitos de que os propagandistas”, entre os quais se incluía, “levaram mais de meio século a exprobrar à monarquia”.

No caso de Portugal, João de Barros (1881-1960) é figura ímpar, quer como político quer como intelectual ligado à Primeira República e à educação. Logo após a “revolução” que instaura a República, em 5 de outubro de 1910, ocupa, ainda sob o Governo Provisório, o posto de Diretor Geral da Instrução Primária. É de sua autoria, juntamente com João de Deus Ramos, outro grande intelectual ligado à educação, o Decreto de 29 de março de 1911, que

² Refiro-me a seu primeiro livro *Primeiras páginas*, de 1878; *Cenas da vida amazônica*, de 1886 e *Estudos Brasileiros*, de 1889. Sobre o autor ver BARBOSA, João Alexandre. *A biblioteca imaginária*, São Paulo, Ateliê Editorial, 1996 e *A tradição do impasse: linguagem da crítica & crítica da linguagem em José Veríssimo*, São Paulo, Ática, 1974.

³ VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*, Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1906 (2 ed.), 206p. É com um dos três exemplares dessa edição existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que estarei trabalhando. O livro ganharia, recentemente, uma terceira edição pela Mercado Aberto Editora, Porto Alegre, 1985, Série Perspectivas, 14.

realizava a reforma do ensino primário português. Depois desse cargo, rapidamente abandonado, João de Barros foi convidado para muitos mais, tendo aceitado alguns e recusado outros, como é exemplo a pasta do Ministério da Instrução, criado em 1913. O texto utiliza dois livros desse autor, escritos em contextos comparáveis e com preocupações e projetos que se aproximam do livro de Veríssimo. São eles: *A República e a escola*, Paris/Lisboa/Brasil, Liv. Aillaud e Bertrand, sem referência de data, mas que pode ser localizado como tendo sido produzido depois de 1910 e antes de 1914; e *Educação Republicana*, Paris/Lisboa/Brasil, Liv. Aillaud e Bertrand, 1916. Esses dois livros também permitem um certo deslocamento do autor de um momento mais próximo à implantação da República e outro posterior, no qual as insuficiências do regime já eram perceptíveis, embora não capazes, como se disse, de afastar o intelectual de seu projeto.

3- República, educação nacional e educação patriótica

Tanto no Brasil como em Portugal, a propaganda republicana desenvolveu-se entre uma elite política e intelectual, cada vez mais crítica ao regime monárquico, sobretudo nas últimas décadas do século XIX. Em ambos os países, o fim da monarquia foi precedido de enorme desgaste político e de crescente fortalecimento das idéias republicanas, sobretudo entre certos segmentos da elite que viam a mudança do regime como única forma de ocupar postos relevantes no aparelho do Estado, do qual se viam afastados.

Ou seja, em ambos os casos, a República veio sob a forma de um golpe, reunindo militares e civis e estabelecendo um Governo Provisório, que findava com uma já desgastada monarquia.

Também nos dois casos, havia muita diversidade no interior do campo dos próceres republicanos, que iriam disputar palmo a palmo posições e projetos políticos, nos anos que se seguiriam. De toda forma, tanto no Brasil, como em Portugal, é possível dizer que as “idéias republicanas” alimentavam-se, como não poderia deixar de ser, de um caldo de cultura dominante que combinava: positivismo (de Comte, de Littré e outros), evolucionismo (de Darwin, de Spencer, de Buckle e outros), enfim, cientificismo, com uma boa dose de filosofia da história (Vico, Herder e outros). Tratava-se de construir um modelo de estado republicano de tipo liberal, com as potencialidades e limites que a conjuntura daquele fim de século e início de outro permitiam. Nesse sentido, apesar das inúmeras diferenças específicas, ambos os projetos republicanos tinham a marca de um forte pensamento racionalista e laico, além de conter doses diferenciadas, mas nada desprezíveis, de descentralização política. No

Brasil, o federalismo é uma bandeira fundamental, enquanto em Portugal, o anticlericalismo é bem mais proeminente.

No que diz respeito a esse texto, importa ressaltar que esse projeto de estado assumia um tom claramente nacionalista e progressivista, postulando que a república, além de regime que viria inevitavelmente “trazido pela evolução”, era aquele que tiraria ambas as nações da situação lamentável em que se encontravam.

Nesse sentido, duas categorias sintetizam o tipo de diagnóstico que a intelectualidade republicana então fazia. Para o Brasil, a questão era superar o “atraso” de séculos a que havia sido condenado por diversos fatores – como o meio, o clima etc –, mas especialmente pela herança da escravidão, nódoa que atravessara de alto a baixo o país, e que exigia a implementação de diversos tipos de reformas socioeconômicas, que demandariam tempo e esforço. Isso porque, o “desprezo pelo trabalho”, uma das conseqüências deletérias da escravidão, não fora vencido pela Abolição, exigindo uma reeducação de todo o povo, “contaminado” por séculos de utilização da mão-de-obra escrava. Para Portugal, a questão era vencer a “decadência”, em que o país também mergulhara há séculos, incapaz de encontrar energias que o retirassem do “pessimismo, ceticismo e letargia” a que havia sido lançado, desde o fim da “era dos descobrimentos”. O século XIX só fizera esse sentimento se aprofundar, grassando entre as elites sem iniciativa e capacidade de modernizar o país, mas também chegando ao povo, abandonado e deseducado.

É nesse amplo contexto de reflexões críticas, em que o progresso é o reverso do atraso e da decadência, que é possível recortar, no pensamento republicano brasileiro e português, uma vertente que elege a educação como dimensão e instrumento estratégico e decisivo para se alcançar esse fim. É claro que a preocupação com os problemas educacionais, nos dois países, não nasce com a república e, muito menos, com ela irá encontrar, de imediato, soluções mais alentadoras. Mesmo assim, pode-se dizer que a república trouxe não só muito mais alento a esse conjunto de pensadores da educação, como lhes permitiu, particularmente em Portugal, ocupar cargos e produzir uma farta e modelar legislação. De uma forma geral, os principais pensadores compartilhavam orientações pedagógicas progressivistas, cujos melhores exemplos eram as experiências vivenciadas em países como Estados Unidos, Alemanha e França. Porém, suas referências e leituras ultrapassavam em muito tais países, particularmente no caso das metodologias de ensino, em que Montessori, Jules Ferry, Pestalozzi, João de Deus e muitos outros eram citados. Como pano de fundo, a estimular seus projetos políticos, encontrava-se a crença de matriz iluminista na perfectibilidade humana, isto é, na real possibilidade da educação ser a única arma ou remédio seguro na luta contra os

males das nações. Assim, essa nova pedagogia vinculava diretamente uma educação republicana a uma educação “nacional”, isto é, nacionalista e patriótica.

É para esse tipo de deslizamento entre termos, que é preciso atentar para se ter a justa medida da importância que o estudo da língua, da geografia e, para o que nos interessa mais de perto, da história pátria passa a receber. Como se vê, para esses intelectuais, a idéia de república tinha um imenso sentido simbólico, pois significava a construção de uma nova cultura cívica centrada na educação e não apenas na instrução da população.

João de Barros e José Veríssimo são exemplares nessa linhagem e, se não são expressões “do” pensamento republicano – muito diferenciado nos dois países –, são expressões de uma parte significativa dele, em particular no campo da educação.

3.1- A educação nacional: república e educação patriótica

Tendo em vista tais questões, um primeiro ponto a ser assinalado, diz respeito a como esses autores interpretavam as potencialidades do regime republicano e, considerando-se que estamos trabalhando com dois momentos diferentes de suas reflexões, como avaliaram a ação dessa república com a qual, inclusive, se envolveram diretamente.

Começando por Veríssimo, cujo livro *A educação nacional* é de 1890, destaca-se logo de início a epígrafe, de Silvio Romero: “Este livro, quero que seja um protesto, um grito de *são brasileiro*, um brado de entusiasmo para um futuro melhor.”⁴ Palavras militantes e alentadoras, vindas de um republicano histórico, que são reforçadas pelas do próprio Veríssimo, no último parágrafo de sua primeira introdução. O livro é aí situado “como a mais bela obra de minha obscura vida”, não sendo “seu intuito discutir a nossa instrução pública, porém mostrar como ela é alheia a qualquer ideal superior de educação (...), como absolutamente não merece o nome de educação nacional e, ao mesmo tempo, indicar o que deve ser”. Portanto, o leitor logo fica sabendo que o Brasil possui alguma instrução pública, mas não tem nenhuma educação nacional.

Para Veríssimo, apesar de no Brasil existir um forte “caráter nacional”, advindo do cruzamento das três raças e da unidade de língua e religião, não se desenvolvera um “sentimento nacional”, isto é, um sentimento que unisse e identificasse os “brasileiros” como um povo; como um povo singular e distinto de outros povos. Justamente por isso, no Brasil, havia “sentimento local”: havia paraenses, paulistas, mineiros etc. Mas não havia

⁴ A epígrafe é retirada do livro *História da literatura brasileira*, editado em 1888; grifos do autor.

“brasileiros”, não havia sentimento de pátria. As razões para tal ausência eram conhecidas e residiam no tamanho do território, na herança da escravidão, na escassez da população, em seu isolamento, falta de comunicação e, não menos importante, na falta de educação. Mesmo a centralização política e administrativa imperial não lograra sucesso nessa questão, evidenciando que ela precisava de outra forma de enfiamento. A produção desse “sentimento patriótico”, a formação de “brasileiros”, era justamente o objetivo de uma “educação nacional”. Portanto, Veríssimo está significando a palavra brasileiro de forma muito precisa, não atribuindo a ela um sentido político-jurídico: aqueles nascidos ou naturalizados no Brasil. Para ele, como para outros intelectuais seus contemporâneos, “ser brasileiro” não era algo que se possuía por nascimento, mas por educação; algo que se aprendia, sendo uma qualidade cultural, emocional, conformada desde a infância. Enfim, não se nascia brasileiro; aprendia-se a ser brasileiro.

Por isso, esses novos brasileiros não deveriam mais viajar ou estudar no exterior para conhecer e trabalhar pelo país. Este conhecimento precisava ser produzido e ensinado pelos próprios brasileiros, por meio de uma “unidade escolar” que valorizasse nossos grandes homens e obras. Afinal, já era tempo de se buscar outras razões de glória, além da natureza, a exemplo do que faziam outras nações. Com a república, que instalara o federalismo, mais do que nunca era preciso criar essa “unidade moral e patriótica” por meio da “educação nacional”.⁵ A federação era certamente uma demanda dos republicanos, mas podia se constituir em uma ameaça, pelo fortalecimento do “espírito separatista” existente em vários estados. Daí, a enorme importância da difusão e unificação da instrução pública, que era meio de progresso material e espiritual da nação. O “espírito separatista” devia ser combatido pela criação do “sentimento de pátria” despertado pela educação, responsável pela construção de um “povo esclarecido” e de “um corpo eleitoral alumiado”.

Por conseguinte, uma nova literatura infantil deveria ser produzida no país, não apenas em linguagem acessível, como igualmente em linguagem “brasileira”, abandonando-se as traduções dos clássicos europeus, inclusive as traduções portuguesas tão utilizadas. Dessa forma, ele considera que uma dos principais caminhos da educação nacional era a reforma do livro infantil, com destaque o livro de leitura.

Esses novos livros “nacionalizados” deveriam conter páginas de prosadores e poetas brasileiros, “com um pequeno trabalho de lhes modernizar a linguagem”. Também deveriam

⁵ Todas as pequenas referências estão na Introdução à primeira edição do livro. O significado que Veríssimo atribui à palavra brasileiro é comentado, entre outros, na tese de HANSEN, Patrícia. *Brasil, um “país novo”*: literatura cívico-patriótica e a construção de um ideal de infância na Primeira República brasileira, Tese de Doutorado de História, USP, 2007, p. 35-6.

contemplar os grandes viajantes e os que escreveram a nossa história, para que se pudesse efetivamente conhecer o solo, o clima, as produções, as leis, as instituições e as lutas dos brasileiros. Os livros existentes eram poucos e muito ruins, tanto em seu aspecto material (sem ilustrações e cuidados de impressão), como em seu conteúdo, limitado a áridas listas de nomes de rios, de cidades, de personalidades etc, em boa parte europeus. A situação lhe parecia tão grave que, para ele, o novo governo devia negar a aprovação a tais compêndios, como maneira de estimular e mesmo forçar a feitura de outros que fossem melhores.

No estudo da geografia e da história pátrias o que havia era “ininteligente” e carente de cultura cívica. Ou seja, a literatura escolar, com raras exceções, “era dominada por escritores estrangeiros, traduzidos ou servilmente imitados”. Devido a isso, o Brasil permanecia desconhecido mesmo para os freqüentavam os bancos escolares e que eram muito poucos.

A geografia e a história têm espaços relevantes nas preocupações do autor, que a elas dedica os capítulos V e VI do livro. No caso da geografia, que sofria reforma radical em seus métodos e espírito, principalmente sob influência alemã, tornando-se uma “psicologia da terra”, o atraso era imenso. Quando ensinada, limitava-se a uma “decoração bestial e a uma recitação ininteligente”, produto do despreparado corpo de professores e da má qualidade e inadequação dos compêndios. A situação da história pátria ainda era pior, pois a geografia ainda se aprendia em viagens e em jornais, enquanto a história não. Só havia no país, até aquela data, um único livro - *História Geral do Brasil* -, do Visconde de Porto Seguro (Varnhagen). Os trabalhos existentes eram raros, não chegando ao público, como ocorria com a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Os livros existentes eram “pesados, indigestos e mal escritos”, limitando-se a uma “enfadonha e estúpida nomenclatura de governos, de reis, de capitães-mores ou de fatos áridos de nenhum modo úteis ao ensino primário de história pátria”. Em geral, eles não contemplavam a vida e os costumes dos brasileiros, nem narravam os episódios e nomes notáveis da história do Brasil.

Mas, como ele mesmo advertia, não se aprendia geografia e história apenas nos livros. Era preciso, para o bom ensino desses conhecimentos, que as escolas possuíssem cartas, mapas e gravuras históricas, o que praticamente inexistia. Raríssimos eram os estados que possuíam seus mapas, só havendo, na verdade, duas boas cartas do Brasil: a de Cândido Mendes de Almeida e a de Robin. Do mesmo modo, não tínhamos ou tínhamos muito poucos monumentos, galerias de pintura, museus ou coleções históricas,⁶ que pudessem ser base para tal aprendizado. Também não se cultivava o ensino dessas disciplinas por meio dos contos e

⁶ Nesse caso, dá o exemplo de um recente museu na Universidade americana de Ann Arbor e das galerias da Alemanha e França.

lendas populares, “que eram produtos das mesmas forças emotivas que o povo contem”, e podiam ser bem aproveitados. (VERÍSSIMO, p. 106) Todos esses recursos e “meios indiretos” eram muito úteis e eficazes, como a experiência de outros países, como a França, a Itália e a Alemanha ilustravam. Nesse rol, Veríssimo insere as comemorações, os dias de festas nacionais, que o governo acabava de decretar⁷ e que deviam ser dias de “regozijo público não só nos calendários, mas na rua e nos corações dos cidadãos.” (VERÍSSIMO, p. 14) Os cantos patrióticos, a música enfim, também podiam ser elementos preciosos nas celebrações e no aprendizado do amor à pátria.

A proposta era a de que a república se dedicasse a um trabalho sistemático e incessante no campo da educação, com claro sentido político: a formação dos futuros cidadãos. Isso significava não só instruir, enfrentando com destaque o analfabetismo, como também educar, criando o “sentimento nacional de amor à pátria”, objetivo da “educação nacional”.

Nesta educação – republicana por definição –, a questão do civismo cumpria papel de destaque, constituindo praticamente seu “coração”, pois se tratava de aprender a amar o Brasil. Tal formulação irá se constituir em uma das matrizes mais difundidas e compartilhadas entre a intelectualidade da Primeira República, orientando seus projetos político-pedagógicos, entre os quais o da produção de uma literatura cívico-patriótica, sob a forma de livros ou revistas, que só fará crescer ao longo das décadas seguintes.

3.2- A educação republicana: escola e educação patriótica

João de Barros é certamente um dos intelectuais-políticos mais importantes do republicanismo português, sobretudo se recortarmos o campo das idéias ligadas à educação. Tendo participado, como se viu, da alta administração dos governos republicanos durante toda a Primeira República, ele foi um dos responsáveis pela importante reforma da educação primária – considerada uma “reforma de sonho”-, contida no Decreto de 20 de março de 1911.

João de Barros estará sempre na órbita da formulação e do debate de políticas educacionais dessa república, e os dois livros que aqui serão objeto de atenção oferecem uma boa possibilidade de acompanhar suas análises. *A República e a escola*, sem data, mas escrito depois de 1910 e antes de 1914, é apresentado como um simples e último livro de “propaganda”. Como Veríssimo em 1890, João de Barros está diante de um regime recém instalado, do qual participa de forma significativa. Segundo ele, a república devia ser uma

⁷ OTÁVIO, Rodrigo. *Festas nacionais*, Rio de Janeiro, Briguiet, Prefácio de Raul Pompéia, 1893 (2ª ed. 1894) e OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “As festas que a República manda guardar”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 4, 1989/2.

“revolução regeneradora”, exigida pela nação e realizada por suas elites com apoio do povo. Nesse caso, a dimensão “regeneradora” radicava-se no fato de se estar evitando “a catástrofe da perda do sentido da nacionalidade” portuguesa, uma vez que a “revolução” não se fazia à custa de nenhuma “força tradicional”, mas ao contrário, tinha o objetivo de recuperá-la: “Pela implantação da República apenas se continuaram as velhas tradições (...)” (BARROS: s/d, p. 6)

Os usos do passado e a leitura da história de Portugal realizados neste livro são instigantes, especialmente porque não eram apenas do autor, como se pode facilmente deduzir por sua ampla e persistente circulação (via textos e posts públicos) e como reforçam os estudos existentes sobre o republicanismo e seu próprio pensamento.⁸

Também em Portugal, para João de Barros, não existia povo, no sentido que lhe atribuíam Silvio Romero e José Veríssimo: não havia sentimento de amor à pátria entre a população, rebaixada pelo analfabetismo. Portanto, só uma “educação republicana” podia verdadeiramente reverter essa situação, realizando uma “revolução” de valores que era, a um só tempo, um retorno ao passado glorioso, mas esquecido e desacreditado. Em Portugal, do mesmo modo que no Brasil, um significativo conjunto de intelectuais republicanos apostava em um tipo de intervenção que, sendo claramente política, tinha o campo da cultura e da educação como estratégia principal para a implementação de mudanças.

No caso de Portugal, o diagnóstico identificava duas grandes frentes de combate. Uma externa, voltada para a afirmação da nacionalidade como país europeu e colonialista, disposto a não mais se curvar diante de potências estrangeiras, como era o caso evidente da Inglaterra.⁹ Outra interna, dedicada ao combate da “educação jesuítica”, e iniciada nos primeiros dias do Governo Provisório, o que evidencia sua premência, ao ver das elites chegadas ao poder. Esse combate começava com uma legislação proibindo o ensino religioso em estabelecimentos educativos, que deviam ser laicos, como davam exemplos as experiências do Japão e do Brasil, entre outras. (BARROS: s/d, p. 17) Ao mesmo tempo, restabelecia-se uma legislação datada do século XVIII, do Marquês de Pombal, que extinguiu as ordens religiosas e afastava os jesuítas de Portugal. Como se vê, se a questão do domínio estrangeiro é muito presente, como também o era no Brasil, a do anticlericalismo era

⁸ CATROGA, Fernando. *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de outubro de 1910*, Hardcover, Faculdade de Letras, 1991. Sobre João de Barros, que tem uma vasta obra na área da educação e que manteve numerosos contatos com a intelectualidade brasileira, há muitos estudos. Mais recentemente ver ARAÚJO, Alberto Felipe. *O “homem novo” no discurso pedagógico de João de Barros*, Braga, Universidade do Minho, 1997.

⁹ O “amolecimento” do caráter português, segundo Barros, não se devia ao luxo e à riqueza trazidos pelas colônias. Se isso influenciou foi porque havia terreno propício, sobretudo havia “falta de reis que fossem administradores”. O Mar não era o culpado, muito ao contrário. (BARROS: 1916, “O mar na educação portuguesa”, p. 131- 148.

incomparavelmente mais forte, assumindo quer a dimensão de uma chave explicativa da “decadência” do país quer a de uma bússola orientadora de seu futuro. Dessa forma, a educação republicana devia ser o inverso da jesuítica, inculcando valores radicalmente opostos aos então vigentes. Porém, como a República era uma revolução regeneradora; como um de seus mais poderosos inimigos era o domínio da Igreja Católica, especialmente construído a partir da esfera educacional pela ação dos jesuítas; o “progresso” que a república almejava só seria alcançado pela implantação de um novo tipo de educação que espalhasse um novo ideal patriótico.

Ainda nesse livro, mas especialmente em *Educação republicana*, de 1916, onde o autor já empreende um breve balanço crítico da obra do novo regime nesse campo, pode-se acompanhar com mais vagar o que se propunha com tal designação. O diagnóstico parte do veto à “educação jesuítica”, que materializava tudo o que uma escola moderna, isto é, racional, liberal e “neutra”, devia ser. Assumindo, com a mesma terminologia de Veríssimo, que não se objetivava apenas instruir, mas principalmente educar, João de Barros queria desenvolver um conjunto de práticas pedagógicas, orientadas pelo culto à pátria e pelo civismo. Segundo ele mesmo, o civismo era uma das virtudes que, ao lado da liberdade e da solidariedade, fundava o projeto de educação republicana. (BARROS: 1916, p. 15) Esta tinha assim duas formas, por excelência. Significava de um lado, a promoção de uma nova moral social, que se assentava no trabalho, no esforço e na energia; e de outro, um novo sentimento de amor à pátria, à terra, que seria promovido por uma educação cívica, centrada na escola, embora não apenas a ela restrita. Isso porque as famílias também deviam ser mobilizadas pelo Estado, sem dúvida o principal ator e responsável por essa política de “regeneração, de renascença” da história portuguesa.

Diferentemente do Brasil, contudo, Portugal não era um “país novo”, seu horizonte não era o futuro, mas sim as tradições de grandeza do passado, que deviam ser reencontradas para que se desenvolvesse nos marcos da modernidade que o século XX anunciava. Se o progresso tinha que ser garantido via educação, a distinção entre as categorias que, em cada caso, guardavam o desafio a superar - atraso e decadência -, evidenciava as variações que o discurso patriótico iria assumir, embora mantendo o mesmo objetivo principal.

Essa educação republicana seria impossível enquanto o povo não aprendesse a ler, o que tornava o combate ao analfabetismo uma questão tão central, que o autor chega a ponderar, em 1916, que o novo regime deveria ter se concentrado apenas nela, dedicando todos os seus investimentos às escolas primárias e fechando as demais. Para ele, como para outros intelectuais de seu tempo, pátria e língua se confundiam, sendo o saber ler e escrever

uma “arma social” para o republicanismo. O culto à língua, como forma de amor à terra/pátria, completava-se com o culto aos heróis, aos “grandes da história”. Como Veríssimo, também ele irá constatar que os livros adotados oficialmente estavam inteiramente desligados da “realidade” portuguesa e do espírito infantil. Mas nesse aspecto, João de Barros, em *A República e a escola*, lança uma pergunta a seus leitores particularmente interessante para se entender como, em sua educação patriótica, o ensino de história de Portugal deveria ter lugar.

Ele intitula um de seus capítulos de “O heroísmo e a educação”, admitindo que pode parecer uma heresia duvidar do exemplo como base para a formação do caráter dos jovens; logo, do exemplo como fundamento de uma moral da energia e de uma moral cívica, que substituísse os antigos ensinamentos da educação jesuítica. A questão, portanto, não punha em dúvida o valor dos “heróis” e dos grandes atos, dos feitos extraordinários que animavam, a sua maneira, a história dos povos, devendo ser apresentados e conhecidos pelos estudantes, sobretudo quando crianças.

O que João de Barros quer então destacar é, em primeiro lugar, a importância de uma forma de narrar os feitos desses homens gloriosos, para que, despertando o interesse da criança, seu exemplo possa ser, de fato, aproveitado; em segundo lugar, o fato da glória e do heroísmo não existirem apenas nos eventos e homens extraordinários, mas também nos ordinários, no cotidiano das pessoas comuns. Seria então importante ensinar às novas gerações que a pátria também se faz com muitos heróis anônimos, que trabalham se esforçam e participam da construção de uma nacionalidade, devendo lembrados e cultuados. (BARROS: s/d; p; 74-5) Um tipo de ensinamento que os monumentos, os museus, os livros de leitura e os livros de história, geografia e civismo não podiam minimizar se o ideal era o de uma educação nacional republicana.